

Nota Explicativa

A Ilha Desconhecida e os Ilhéus Felizes, de A. P. B



apresentação e fixação do texto de

Jorge M. Bastos da Silva

(Universidade do Porto)

Citação: Jorge M. Bastos da Silva, "A Ilha Desconhecida e os Ilhéus Felizes, de A. P. B.: Nota Explicativa", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 1 (2004). ISSN 1645-958X
<www.letras.up.pt/upi/utopiasportuquesas/e-topia/revista.html>

1. *A Ilha Desconhecida, e os Ilheos Felizes*, assinada por um tal A. P. B. – iniciais que ainda não conseguimos descodificar – e sem indicação de tradutor, embora vários dados no texto sugiram fortemente a possibilidade de se tratar de uma tradução, foi publicada entre nós três vezes, sempre em Lisboa mas com chancelas diferentes: pela Impressão Régia, em 1816; pela Tipografia Rollandiana, em 1819; e pelo impressor João Nunes Esteves, em 1826. Sendo praticamente impossível, hoje, estabelecer valores relativos às tiragens de grande parte das obras daquele período, e ainda mais no caso das publicações de cordel, como parece ser o caso, é seguro inferir-se que, se a obra foi reimpressa duas vezes no prazo de uma década, é porque alcançou apreciável acolhimento por parte do público. Como tal, é de admitir que nas temáticas abordadas tenham encontrado os leitores uma especial pertinência para o seu próprio tempo.

2. Trata-se de uma breve narrativa utópica, cujo esquema geral não difere daquele que a *Utopia* de Thomas More deixou fixado em 1516. É casualmente descoberta uma ilha, por um navio que o mau tempo empurra na sua direcção. Como em *The Isle of Pines*, do inglês Henry Neville, que entre nós conheceu tradução publicada em 1761, habitam a ilha os descendentes de um grupo de europeus, que ali se fixaram, impedidos de prosseguir viagem, e criaram uma sociedade à parte.

O ambiente natural exprime-se numa sensibilidade que recorda Bernardin de Saint-Pierre. É um jardim deleitoso, que tudo tinha a oferecer com facilidade ao grupo de espanhóis que aí se instalaram, pela feliz circunstância de levarem consigo toda a casta de artífices e ferramentas – e, por fortuna, até mulheres para procriarem e povoarem o território –, e que se oferecera mesmo aos bem-aventurados navegantes sem população autóctone: é dado pelo acaso ou pela Providência, nem precisa de ser conquistado. Faz pensar na condição de Robinson Crusoe, a personagem do romance de Daniel Defoe que uma ilha despovoada é capaz de alimentar, vestir, abrigar, assim saiba ele usar a ferramenta e os materiais do navio naufragado e preparar-se mentalmente para assumir o domínio daquele espaço – com a particularidade de Crusoe ficar sozinho, é claro.

A par da munificência do ambiente natural, que constitui uma verdadeira dádiva, é posta a ênfase na harmonia daquele modo de vida, que é pacífico e ordeiro – de uma ordem que não admite a liberdade individual, diga-se, mas, bem entendido, nos termos em que o texto se apresenta, a beatitude daquele microcosmos e da sociedade eutópica dispensa todas e quaisquer veleidades de afirmação da individualidade, da vontade e da diferença.

3. Tipicamente, as visões utópicas não configuram aberrações mas sociedades hipotéticas que se supõe empiricamente viáveis. Por outras palavras, os autores não dizem meramente que tais sociedades existem mas esforçam-se por demonstrar de que modos concretos elas se organizam nas suas relações interpessoais e institucionais, de que saberes teóricos e técnicos dependem os vários aspectos da sua vida material quotidiana, sobre que sistema de crenças assenta a conduta das suas populações – enfim, a utopia não se faz da mera suposição de que podem existir outros homens mas da exposição de soluções substantivas, com um esforço de coerência e de verosimilhança, e feita de tal modo que dela ressalte a evidência da transponibilidade dessas soluções (e da desejabilidade da correspondente transposição) para *aqui* e para *agora*. Sendo muito sumário, só muito esquematicamente pode este texto realizar esse desiderato. No entanto, por essa mesma exiguidade de realização podemos avaliar as prioridades (digamos, temáticas) do autor, assim se inferindo uma intenção da qual é possível retirar uma particular consequência histórica.

No caso vertente, estamos perante uma utopia em que avultam o princípio do comunitarismo e a questão do casamento.

Há comunidade dos bens e igualdade das famílias perante o rudimentar Estado que se constitui naquela *espécie de república democrática* (palavras do texto), na medida em que toda a produção é enceleirada, a cargo de magistrados, e por estes distribuída a todos, de acordo com as necessidades. A ideia de que a administração dos bens se preocupa em prover às necessidades das famílias, e não dos indivíduos, dá o tom a uma incidência temática que assume grande importância no texto, a organização dos casamentos. Neste domínio, vale a pena observar a impessoalidade dos arranjos de casamento, a sua dependência exclusiva de uma determinação institucional e a convicção (ingénua ou perversa, conforme se queira) de que assim todos os problemas matrimoniais se resolvem. A par disto, importa notar a presença de preocupações eugenísticas: o costume impede os deficientes de vária ordem de procriar; o casamento é-lhes estritamente interdito, numa sociedade em que, de resto, não há lugar a mancebias nem a adultérios. A inexistência de população nativa assume aqui um estatuto de necessidade: se por um lado facilita o ideal igualitário (seria talvez demasiado arrojado para o tempo estender a igualdade ao negro, ao asiático ou ao índio americano, pelo que uma exposição ficcional da ideia passava bem sem tais figuras problemáticas), por outro também permite o eugenismo, uma vez que neste quadro a miscigenação nem sequer surge como hipótese.

A própria introdução do conceito de *cidadão*, explicitamente relacionado, no passo em que surge, com a igualdade – e associada esta, por seu turno, ao comunitarismo, a montante, e à consequente ausência de distinções e vaidades, a jusante –, deverá ser considerada à luz do movimento de ideias políticas que implicou a Revolução Francesa e da conjuntura portuguesa do primeiro e mais radical Liberalismo. Aliás, expressão máxima do igualitarismo, da dissolução das hierarquias, a condição de magistrado e de simples cidadão entregue à vida privada, e bem assim o exercício das várias profissões, são atribuídos rotativamente.

Mas, se todos os homens são iguais, as mulheres são gente de segunda categoria, remetidas para espaços defesos e bem vigiados, a salvo de tentações e intromissões masculinas. Patentemente, o conceito moderno de liberdade ainda não estava assimilado. Aliás, que os casamentos sejam regulados autoritariamente por um tribunal, que designa os esposos à revelia das suas vontades e sentimentos e que decreta a interdição da conjugalidade e da procriação aos deficientes, não deixa de ser, por mais que se proclamem felizes estes ilhéus, um dado sintomático da ausência de verdadeira liberdade pessoal nesta sociedade. (Reduzir, na prática, a *razões de Estado* questões como o sustento e o casamento é, aliás, opção sintomática do ambiente claustrofóbico e concentracionário que uma visão desprovida de empatia encontra na generalidade das produções utópicas – um traço característico que tem a sua mais acabada expressão no mundo sinistro de *1984*, de George Orwell, e que assenta raízes no próprio prescritivismo que se arrogam os utopistas.)

A referência à religião, surgindo quase como um *post-scriptum*, é na realidade o ponto culminar da visão eutópica, na medida em que remete para uma existência tão profundamente moralizada que dispensa mesmo as expressões culturais e os correspondentes oficiantes. O autor deixa para o fim a mais significativa maravilha.

4. Entre os papéis da Real Mesa Censória depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ver caixa 82, documentos agrupados sob o n.º 33), encontra-se uma licença,

concedida em 18 de Março de 1816 a Bernardo José Alcobia, para imprimir um folheto em que anuncia *A Ilha Desconhecida* e outras duas obras. Na impossibilidade, verificada até agora, de descodificar a assinatura *A. P. B.* que figura no opúsculo, teremos aqui uma pista capaz de conduzir à identificação do autor? A verdade é que Alcobia figura sempre como impressor nas obras em que lhe descobrimos o nome, nunca como autor.

Nem sequer figura como tradutor. E é facto que são detectáveis marcas textuais que sugerem estarmos perante uma tradução. Uma delas é a abreviatura *Mr.*, que poderá corresponder ao inglês "Mister" ou ao francês "Monsieur". Por outro lado, como o texto tem por referentes geográficos a Espanha e a América espanhola, é de admitir que seja originalmente espanhol?

Não temos a certeza, pois, de qual seja a procedência da obra, mas podemos notar que se engana João Palma-Ferreira ao lançar a hipótese de que seja tradução de *L'île Inconnue*, de Guillaume Grivel (cf. António Manuel Policarpo da Silva, *O Piolho Viajante, divididas as viagens em mil e uma carapuças*, ortografia actualizada, prefácio, glossário e notas por J. Palma-Ferreira, Lisboa, Estúdios Cor, 1973, p. 13).

5. Reproduzimos o texto da primeira edição, já que as variantes registadas no cotejo com as edições subsequentes não são especialmente significativas. A ortografia e a pontuação são modernizadas. Reservamos mais extenso tratamento da obra para a antologia *Utopias de Cordel e Textos Afins* (Edições Quasi, no prelo).